



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

(/transparencia)

1586ce3d2e6eb28f5a50056da40af5866503975a0138cd884cf1aaebd0c7964e3c8420641334d680a6f393bff)

[Início](#)[Diário Oficial](#)[Resultados da Pesquisa](#)

Leis

1 resultados encontrados

LEI Nº 1.269 DE 11 DE ABRIL DE 2022

Ouro Preto, 12 de abril de 2022 - Publicação nº 2905

LEI Nº 1.269 DE 11 DE ABRIL DE 2022

Autoriza a concessão de subsídio tarifário ao Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Ouro Preto e dá outras providências

O Povo do Município de Ouro Preto, por meio de seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subsídio tarifário ao serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, assegurando a modicidade das tarifas, a generalidade do transporte público coletivo e cumprimento da cláusula de reajuste anual estabelecida em contrato.

Parágrafo único A concessão de subsídio tarifário está em consonância com os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída por intermédio da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, fazendo prevalecer o interesse público, priorizando o transporte público coletivo e promovendo a melhoria da mobilidade das pessoas nos deslocamentos dentro do território municipal.

Art. 2º O subsídio tarifário será no valor de R\$ 4.338.535,07 (quatro milhões, trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sete centavos) para o ano corrente, podendo ser aditado e/ou prorrogado em iguais períodos, destinando-se especificamente ao complemento do valor pago diretamente pelos usuários, aos quais não será integralmente repassado o valor da correção da tarifa-base fixada em contrato.

§1º O subsídio que trata esta Lei poderá ser aditivado em razão do aumento da demanda ou suspenso por incapacidade financeira do Município ou por descumprimento das obrigações contratuais.

§2º O pagamento pelo erário está vinculado aos dados de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) apurados junto à concessionária e será realizado quinzenalmente à execução do serviço.

Art. 3º Nos termos do artigo 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, mediante Decreto, no presente exercício, Crédito Adicional Especial, até o montante de R\$ 4.338.535,07 (quatro milhões, trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sete centavos), para atendimento à dotação do Orçamento Programa do exercício fluente, conforme a seguinte discriminação:

02.16.02 – Fundo Municipal de Trânsito

02.16.02 – 04 – Administração

02.16.02 – 04.453 – Transportes Coletivos Urbanos

02.16.02 – 04.453.0121 – Gestão do Sistema de Transporte e Trânsito

02.16.02 – 04.453.0121.2.295 – Gestão de Transportes Coletivos Urbanos

02.16.02 – 04.453.0121.2.295 – 3.3.60.45.00 – Subvenção Econômica

02.16.02 – 04.453.0121.2.295 – 3.3.60.45.00 – FR 100 Recurso Ordinário

Art. 4º Para a cobertura do crédito adicional ora aberto será utilizado recurso proveniente da tendência ao excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º Em virtude da abertura do Crédito Adicional Especial mencionado no art. 3º fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) vigentes.

Art. 6º A transferência do subsídio que trata esta Lei está vinculada à gestão contínua pelo OUROTRAN dos itinerários e horários estabelecidos para o adequado funcionamento do sistema, condicionada à fiscalização dos órgãos competentes.

Parágrafo único Para a fiscalização de transferência do subsídio serão feitas prestações de contas trimestrais, por meio de audiências públicas, nas quais a Concessionária deverá comprovar o atendimento dos termos contratuais e condicionantes judiciais, bem como disponibilizar relatórios referentes às cobranças eletrônicas e manuais de transporte coletivo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto, Patrimônio Cultural Mundial, 11 de abril de 2022, trezentos e dez anos da Instalação da Câmara Municipal e quarenta e um anos do Tombamento.

Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Prefeito de Ouro Preto

Projeto de Lei Ordinária nº 407/2022

Autoria: Prefeito Municipal

QUADRO DE VOTAÇÃO
ÚNICA DISCUSSÃO

VEREADORES	FAVORÁVEL	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE DO PLENÁRIO	AUSENTE DA REUNIÃO
ALESSANDRO SANDRINHO					X
ALEX BRITO	X				

JÚLIO GÓRI	X				
LÍLIAN FRANÇA	X				
LUCIANO BARBOSA	X				
LUIZ DO MORRO	NÃO VOTA				
MATHEUS PACHECO	X				
MERCINHO	X				
NAÉRCIO FERREIRA	X				
REGINALDO DO TAVICO	X				
RENATO ZOROASTRO	X				
VANDER LEITOA				X	
VANTUIR SILVA	X				
ZÉ DO BINGA				X	
KURUZU	X				

APROVADO POR ONZE VOTOS FAVORÁVEIS, AUSENTES DO PLENÁRIO OS VEREADORES BINGA E LEITOA, AUSENTE DA REUNIÃO O VEREADOR SANDRINHO; PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 407/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO, 12 - PILAR
OURO PRETO - MINAS GERAIS | CEP 35400-000
(31) 3559-3200

© Desenvolvido pela Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/PMOP 2023